



MANIFESTO CONTRA A CRIAÇÃO DA CIDE-BETS

CIDE-Bets: O caminho ideal para perder arrecadação, enfraquecer a segurança pública e fortalecer o crime organizado

O debate sobre a criação de um novo tributo sobre o mercado de apostas virtuais, a chamada CIDE-Bets, tem sido apresentado como uma medida de “justiça tributária” e “proteção social”.

Na prática, contudo, trata-se de um tributo contraproducente, o qual ameaça a recente formalização do setor e, pior, fortalece o crime organizado no País, com o aumento do mercado ilegal, utilizado por organizações criminosas para lavar dinheiro.

A tributação de empresas de apostas online no Brasil e no mundo ocorre por meio do Gross Gaming Revenue (GGR), que corresponde à diferença entre a arrecadação bruta das operadoras e os prêmios efetivamente pagos aos apostadores. Atualmente, a carga tributária representa cerca de 26% sobre a receita bruta - podendo chegar a até 45% após a implementação da reforma tributária - e 34% sobre o lucro líquido. Além disso, as empresas de apostas online pagaram R\$ 30bi de outorga, para poderem operar no Brasil, bem como cerca de R\$ 2mi mensais de taxa de fiscalização ao governo federal.

A CIDE-Bets representa um risco muito mais grave do que um simples aumento de tributação. Diferentemente dos tributos que incidem sobre a receita dos operadores, essa contribuição recai diretamente sobre o valor total apostado pelo usuário. Ao tributar o apostador no momento da aposta, o modelo encarece de forma imediata e perceptível a experiência do consumidor, criando um forte incentivo para a migração ao mercado ilegal, que opera sem qualquer supervisão ou controle do Estado brasileiro.

Para ilustrar o problema: caso seja instituída uma CIDE-Bets de 15%, uma aposta de R\$ 100,00 resultaria em um débito de R\$ 15,00 no ato da aposta. Ou seja, o apostador teria apenas R\$ 85,00 efetivamente disponíveis para seu entretenimento na plataforma regulada - um impacto suficientemente elevado para deslocar parte significativa da demanda para operadores clandestinos, que não recolhem tributos, não protegem o consumidor e são amplamente utilizados por organizações criminosas para fins de lavagem de dinheiro.

Qual é a consequência disso? Os apostadores serão direcionados para um setor que tem sido utilizado pelo crime organizado para lavagem de dinheiro e cometimento de outros crimes, o mercado clandestino de apostas.





Conforme já apontado por autoridades policiais e especialistas em segurança pública, facções criminosas se utilizam da falta de supervisão estatal sobre o mercado clandestino de apostas para se financiarem e lavarem dinheiro do crime organizado. Com a Cide-Bets, haverá um aumento de fluxo financeiro a estes operadores ilegais, que estão a serviço destas facções.

A experiência internacional tem mostrado que este tipo de tributação é um erro na regulação do setor. Na Colômbia, a tributação sobre depósitos resultou em queda superior a 30% na receita bruta na arrecadação estatal e aumento exponencial e imediato do mercado ilegal. Na Holanda, o aumento de tributação também gerou maior fluxo de recursos ao mercado ilegal, diminuindo a arrecadação do estado.

Como observa Catarino et al. (2020), em tradução livre, “os indivíduos não deixam de apostar em jogos de azar apenas porque são proibidos por lei. As apostas continuam a ser feitas, mas de forma clandestina, com todos os problemas a ela associados. Dessa forma, a proibição das apostas em jogos de azar não é a forma mais adequada de enfrentar a prática (e o vício) do jogo”.

A Cide-Bets, uma contribuição muito mais grave do que o aumento tributário sobre o GGR, também levará a uma menor arrecadação estatal com o fortalecimento do mercado ilegal e menor montante financeiro investido em áreas previstas pela legislação que regula o setor, como esporte, saúde, seguridade social, turismo e segurança pública.

Dessa forma, caso aprovada, a Cide-Bets não apenas facilitará o financiamento do crime organizado, mas também gerará menor receita para financiamento da segurança pública e de outras áreas sociais.

Quem ganha com a CIDE-Bets é o mercado ilegal, e quem perde é o Brasil: perde o consumidor, empurrado para plataformas clandestinas; perde o Estado, que arrecada menos e regula pior; perdem as empresas que decidiram se formalizar e investir no país; perde, enfim, a sociedade, que vê o crime organizado ampliar mais uma fonte de financiamento.

Por essas razões, a Frente Parlamentar pelo Livre Mercado se posiciona de forma clara e firme contra a criação da CIDE-Bets prevista no PL 5582/2025 (PL do Marco Legal do Combate ao Crime Organizado), defendendo um ambiente tributário racional, que fortaleça o mercado regulado, preserve a concorrência leal, proteja o consumidor e combata o ilegal com inteligência, e não com medidas que o favoreça.

Frente Parlamentar pelo Livre Mercado



(61) 99817-5721



contato@livremercado.org.br



Condomínio Ion - SGAN Q 601 BL H Sala 68 a 83 - Asa Norte, Brasília - DF